



**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2023**  
Portobello Grupo



**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

**Nos termos do item 2 do Formulário de Referência  
(Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**

**(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22)**

**ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO**

**(Art. 11º da Resolução CVM nº 81/22)**

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**Nos termos do item 8 do Formulário de Referência  
(Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)**

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	03
Proposta de Destinação do Lucro Líquido.....	51
Assembleia Geral e Administração.....	57
Proposta de Remuneração dos Administradores.....	65

## COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

### Nos termos do item 2 do Formulário de Referência (Art. 10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/22)

#### 10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de **2022** foi histórico para o Grupo Portobello. Avançamos do ponto de vista estratégico e alcançamos resultados recordes de forma consistente ao longo do período. Mesmo diante de um cenário macroeconômico de muitas incertezas, a Companhia manteve o ritmo de crescimento e entregou uma Receita Líquida de R\$ 2,2 bilhões no ano, além de manter as margens e indicadores em níveis alinhados ao planejamento.

A conjuntura macroeconômica no Brasil e no mundo não foram favoráveis ao longo do ano, notadamente no segundo semestre, com altos níveis de inflação, aumento nas taxas de juros e consequente desaceleração em alguns setores, incluindo o de materiais de construção. Segundo dados da ABRAMAT, o setor sofreu uma retração de -7% (em valores deflacionados) no ano. Já no segmento da indústria cerâmica, os dados disponibilizados pela ANFACER mostram queda nos volumes de vendas, de -18% comparado a 2021. Apesar dos indicadores serem negativos, trimestralmente a Companhia veio demonstrando a resiliência e assertividade de seu modelo de negócios, crescendo 15% em Receita Líquida. O modelo multi negócios, canais e marcas mais uma vez vem permitindo que a Companhia administre seu resultado potencializando os segmentos que oferecem as melhores oportunidades e mitigando os segmentos mais afetados pela conjuntura econômica. Foi apenas no último trimestre de 2022 que a Companhia sentiu em sua performance de vendas o reflexo da conjuntura macroeconômica. Esta redução aconteceu no período também de maior sazonalidade anual com impacto notadamente no varejo multimarcas e na exportação, embora e positivamente, mantendo resiliência no varejo especializado (Portobello Shop) e nas vendas a projetos (construtoras) minimizando as quedas e projetando recuperação para 2023.

Mas o ano não foi importante apenas do ponto de vista de resultados. Avançamos em nossa estratégia com importantes conquistas. 2022 ficará marcado como o início da concretização de um sonho: a nossa fábrica nos Estados Unidos. A planta, situada no município de Baxter, no Tennessee, está em fase final de instalação, com grande parte da estrutura finalizada e equipamentos posicionados. A fábrica entrará em operação ainda no primeiro semestre de 2023. Esta é uma conquista de todos os nossos colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e admiradores da marca Portobello.

Também avançamos significativamente na estratégia de Varejo. Em linha com nosso objetivo de ser uma empresa orientada a dados e centrada no cliente, nos aproximamos mais de nossos clientes

através da expansão da nossa rede de lojas próprias e desenvolvimento de novas tecnologias, que visam entender da melhor maneira as suas necessidades em tempo hábil para atuar em soluções que possam atendê-los, melhorando assim sua experiência ao longo de toda a jornada junto à Portobello.

Todos os nossos avanços em modernização e expansão ocorrem sempre de maneira sustentável, alinhados aos nossos objetivos de ESG definidos. Em 2022, avançamos de forma estruturada com nosso Plano ESG. Com diretrizes alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que reforçam nosso compromisso com o Pacto Global, iniciativa da qual somos signatários, elaboramos um plano de ações e metas para o período de 2023 a 2027, envolvendo todas as Unidades de Negócio e priorizando os pilares Ambiental, Social e de Governança.

Em 2022 realizamos investimentos em diversos projetos estratégicos totalizando um montante de R\$ 401 milhões. Deste valor, cerca de um terço foi destinado à compra de equipamentos e estruturação da nova fábrica da Portobello America. Para a expansão do varejo, com abertura de novas lojas e aquisições de lojas franqueadas e projetos de transformação digital, foram destinados cerca de 30% do total dos investimentos no ano. O restante foi destinado à modernização das unidades industriais da UN Portobello, em Tijucas/SC, e da Pointer, em Marechal Deodoro/AL.

Do ponto de vista de financiamento, a Companhia entregou bons resultados operacionais, que, aliados à boa gestão de caixa e endividamento, manteve a alavancagem próxima ao menor patamar alcançado pela companhia, de 1,6 vez Dívida Líquida/EBITDA, considerados saudáveis para o setor. A dívida líquida fechou o ano em R\$ 630 milhões.

Revisitamos ao longo de 2022 nosso planejamento estratégico para os próximos cinco anos, projetando nossos avanços em todas as Unidades de Negócios. Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e investidores por acreditar e nos ajudar a conquistar estes resultados. Nos orgulhamos muito do que vem sendo construído até aqui seguimos focados nos avanços que ainda estão por vir.

**Em 2021** o Portobello Grupo apresentou a consolidação do novo nível de performance operacional que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, momento em que todas suas unidades industriais passaram a operar a pleno - e que mantiveram este nível desde então - com crescimento de receita, manutenção de altos níveis de margens bruta e diluição de despesas, mesmo com forte pressão de custos. O desempenho positivo foi apresentado em todas as Unidades de Negócios, mas principalmente nas operações de varejo no Brasil e negócios internacionais. O ano foi o melhor da história de mais de 42 anos do Portobello Grupo em termos de receita, margens, geração de caixa, distribuição de dividendos entre diversos outros indicadores, e foi atingido graças ao esforço e comprometimento dos mais de 3.700 colaboradores que fazem parte do Grupo.

O mercado de revestimentos cerâmicos continua vivendo um momento muito positivo, com demanda elevada, e o Portobello Grupo canalizou as oportunidades e potencializou sua performance através do foco na geração de valor à Companhia e no nível de serviço prestado aos clientes.

No ano, foram distribuídos R\$ 102,7 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a 50% do lucro líquido descontado das reservas de capital, mais R\$ 63,0 milhões em complemento ao exercício de 2020, correspondendo a um *dividend yield* de 15,3% sobre a cotação de fechamento do ano de 2020. Além disso, foram recompradas um total de 13,5 milhões de ações no valor de R\$ 153,7 milhões (preço médio de R\$ 11,38 por ação), equivalentes a 8,8% do total de ações antes destas operações, sendo que todas as ações recompradas foram canceladas. Considerando os dividendos distribuídos e as ações recompradas, foram distribuídos um total de R\$ 319,4 milhões aos acionistas da Companhia no ano de 2021.

Mantendo a diretriz estratégica de crescimento internacional, a Portobello Grupo iniciou no 4T21 as obras da nova planta nos Estados Unidos. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de *BtS (Built to Suit)* e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores. O projeto está na fase final de contratação de um parceiro internacional para financiamento de longo prazo em uma operação BtS.

A Receita Líquida no ano, totalizou R\$ 1.912,1 milhões, com crescimento de 43,6% vs. 2020. No 4T21 atingiu R\$ 520,2 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21 pela primeira vez na história do Grupo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu em 2021, 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 37,3% em comparação ao ano passado, o que demonstra forte crescimento das operações em comparação com o mercado interno e evolução consistente de *market share*. A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 43,3% no ano, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala. O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

O investimento em Capital de Giro em 2021 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 2020, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias em 2021 vs. 42 dias no 2020. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o ano com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao final de 2020 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa.

No 3T21 a Companhia fez uma captação de R\$ 430 milhões no mercado através de Debentures e NCEs (Notas de Crédito Exportação) com prazo de pagamento de 5 anos e 2 anos de carência. Como parte da estratégia de captação e alongamento do perfil da dívida bancária, no 4T21 a Companhia liquidou as dívidas bancárias de prazos mais curtos, fazendo com que o prazo médio da dívida bancária (*duration*) atingisse 4,4 anos, o que representa alongamento de 0,8 anos vs. prazo médio no final do ano de 2020.

Os investimentos de CapEx do ano totalizaram R\$ 114,8 milhões, dos quais, 34% destinados a investimentos na Portobello América, 36% foram destinados à planta de Tijucas-SC. Os demais valores de investimentos foram destinados principalmente aos projetos comerciais da Unidade Portobello Shop e projetos corporativos do Grupo.

O ano de 2020 trouxe grandes desafios devido à pandemia do Coronavírus. Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o modelo de home office, o afastamento dos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco, a redução de jornada de trabalho, antecipação de férias e, ainda, o reforço às ações de desinfecção em ambientes de lojas, administrativo e centro de distribuição. O segundo ponto foi a proteção às operações, com adequação com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos. A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.331,8 milhões, maior em 19,5% quando comparado ao ano anterior. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo.

No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 15,7% em 2020 em comparação com 2019, índices bem superiores ao crescimento do mercado, de - 0,3% no ano, respectivamente, segundo dados da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de *market share*, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do *mix*, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação.

Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida, com crescimento em dólares de 4,1% no ano em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em Reais de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do *mix* de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, bem como os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 36,7% no ano, com incremento de 4,2% comparado a 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 1,8% no ano em relação a 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 6,3% quando comparado a 2019.

## **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

A estrutura de capital da Companhia é constituída de 140.986.886 ações ordinárias escriturais em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra "c" a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Esse índice é calculado considerando a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures e arrendamentos com opção de compra, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa.

A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, correspondeu a 57 % em 2022, 62% em 2021, e 49% em 2020.

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Dívida Bruta	886.570	766.664	727.766
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(256.088)	(189.718)	(326.325)
Dívida Líquida	630.482	576.946	401.441
Total do patrimônio líquido	467.244	356.157	417.184
Total do capital	1.097.726	933.103	818.625
Estrutura de capital (%)	57,44%	61,83%	49,04%

## **i) Hipóteses de resgate**

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, “o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação”. A Companhia não prevê o resgate de suas ações. Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

## **ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto, não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

## **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o LAJIDA/EBITDA atingido de cerca de R\$ 406 milhões em 2022 (R\$ 361 milhões em 2021 e R\$ 175 milhões em 2020) frente aos compromissos financeiros contratados. A relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBITDA é de 1,6 vezes (1,6 em 2021 e 2,3 em 2020), o LAJIDA/EBITDA ajustado e recorrente da companhia atingiu R\$ 386 milhões em

2022 (R\$ 365 milhões em 2021 e R\$ 175 milhões em 2020), a relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBTIDA ajustado e recorrente é de 1,6 vezes (1,6 em 2021 e 2,3 em 2020), demonstrando que a disciplina da Companhia na gestão financeira, cujo foco está na otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultou na redução da alavancagem financeira para números históricos. O caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de linhas de financiamento de longo prazo, aplicados na liquidação de compromissos de curto prazo, antecipação de pagamento de dividendos em 2022, programa de recompra de ações em 2021 e 2020, e expansão, que financiaram diversos investimentos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

	2022	2021	2020
Dívida Bancária Bruta	886.570	766.664	727.766
(-) Disponibilidades	(256.088)	(189.718)	(326.325)
(=) Dívida líquida	630.482	576.946	401.441
<b>Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>2,3</b>
<b>Dívida líquida/ LAJIDA ou EBTIDA ajustado e recorrente</b>	<b>1,6</b>	<b>1,6</b>	<b>2,3</b>

**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 311 milhões em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 305 milhões em 2021 e R\$ R\$ 198 milhões em 2020);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de 68 milhões, em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 121 milhões em 2021 e R\$ R\$ 133 milhões em 2020);
- (iii) Benefício de R\$ 23 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2 milhões;
- (iv) Cerca de R\$ 219 milhões de saldo, em 31 de dezembro de 2022, em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações (R\$ 134 milhões em 2021 e R\$ R\$ 223 milhões em 2020);
- (v) Contratos FINEP, sendo um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, e em novembro de 2020, novo contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses. Ambos os contratos com liberações parciais em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2022 o montante em aberto de FINEP era R\$ 165 milhões (R\$ 166 milhões em 2021 e R\$ 128 milhões em 2020).

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia possui uma emissão de R\$ 300 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira, aprovados em 2021, sendo esta a 4ª emissão.

A Companhia possui limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro junto aos Bancos e que, devido a sua condição de solvência, não se encontram tomadas.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foi de R\$ 887 milhões, R\$ 767 milhões e R\$ 727,8 milhões respectivamente, na qual 38,1%, 47,1% e 43,5%, desses montantes, que correspondem a R\$ 382 milhões, R\$ 360,9 milhões e R\$ 316,7 milhões, respectivamente, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

**i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 16 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 3ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “*covenants*” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022.

A 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, aprovadas em 15 de junho de 2018 pelo Conselho de Administração da PBG S.A, com recursos obtidos por meio da emissão e destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia, foram totalmente liquidadas com 4ª Emissão de debêntures em 2021.

1ª série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 36 meses (liquidados em 2021), com carência de 24 meses e amortizações semestrais.

2ª série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 60 meses (liquidados em 2021), com carência de 48 meses e amortizações semestrais.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante em aberto das debêntures era R\$ 311 milhões (R\$ 305 milhões em 2021 e R\$ 198 milhões em 2020).

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cinco contratos com essa instituição, descritos abaixo:

- Contrato celebrado em junho de 2013 – este contrato possui o principal de R\$ 106 milhões, prazo de 133 meses (vencimento previsto em junho de 2025) como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos.

- Contrato celebrado em julho de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 31 milhões, prazo de 95 meses (vencimento previsto para junho de 2027), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos em 1 e 2º grau.

- Contrato celebrado em setembro de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 24 milhões, prazo de 12 meses e repactuado em abril de 2020 (vencimento previsto para agosto de 2022), como garantia foi concedido aval das empresas controladas PBTech e CBC.

- Contrato celebrado em junho de 2020 – este contrato possui o principal de R\$ 35 milhões, prazo de 37 meses (vencimento previsto para julho de 2023), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis em 2º grau e atendimento de indicadores de *covenants*.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante em aberto com o Banco do Nordeste era R\$ 68 milhões (R\$ 21 milhões em 2021 e R\$ 133 milhões em 2020).

### Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta 4 contratos relacionados a crédito de exportação, o montante total em aberto em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 219 milhões (R\$ 134 milhões em 2021 e R\$ 223 milhões em 2020). Todos os contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 20% a 30% dos recebíveis) das empresas controladas da Companhia.

Segue abaixo o resumo de todos contratos de NCE:

Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações	
						(em R\$ mil)	
						Valor	Data
jun/21	jun/26	60	24	Semestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	jun/21
ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21
dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 48.000	R\$ 48.000	dez/22
dez/22	dez/27	60	24	Semestral	R\$ 40.000	R\$ 40.000	dez/22

### FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64 milhões ainda em 2020 e R\$ 34 milhões em 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante em aberto de FINEP era R\$ 165 milhões (R\$ 166 milhões em 2021 e R\$ 128 milhões em 2020).

### ACC ou Adiantamento de Contrato de Câmbio:

Esta operação está relacionada a adiantamento de contratos de câmbio da Companhia. Dois contratos foram celebrados em 2020 e 2021, que somam um valor de principal de US\$ 3,2 milhões, com prazo de 12 meses (vencimento previsto em março de 2022 e outubro de 2022) como garantia foi concedido aval da empresa controladas PBShop.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante em aberto de ACC era R\$ 8 milhões (R\$ 17,5 milhões em 2021 e R\$ 11 milhões em 2020).

## **ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

## **iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

## **iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

As emissões das debêntures estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, cujo indicador é apurado pela relação dívida/EBITDA igual ou menor a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2022 o indicador foi atingido e não apresentou quebra de *covenants* no encerramento do exercício.

## **g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em junho de 2022, a Companhia recebeu o valor de R\$ 7 milhões do contrato firmado em Maio de 2019 com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, da linha aprovada do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O valor total inicial do contrato em 2021 era de R\$ 31 milhões, porém houve um aditivo em agosto de 2021 reduzindo o valor para R\$ 24 milhões. Em dezembro de 2022 e até o presente momento há um valor residual desse contrato a ser desembolsado pelo banco de R\$ 1,5 milhão, os quais serão recebidos pela Companhia em 2023.

Em novembro de 2022, a companhia realizou a contratação de empréstimos na modalidade de PPE no montante de USD 16 milhões. Adicionalmente, em dezembro de 2022 a Companhia contratou NCE no total de R\$ 70 milhões, ambos com o objetivo de reforçar a disponibilidade de caixa frente a um cenário de incertezas previsto para 2023.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2022, cujo montante foi de R\$ 1.286,5 milhões, haviam sido desembolsados R\$ 1.285 milhões até 31 de dezembro de 2022, restando um limite a desembolsar de R\$ 1,5 milhão, ainda não desembolsado em 2023.

## **h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais):

Balanco Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31/12/22 X 31/12/20	31/12/22 X 31/12/21	31/12/21 X 31/12/20
<b>Ativo</b>									
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	256.088	189.718	326.325	10%	9%	16%	-22%	35%	-42%
Contas a receber de clientes	314.507	375.624	289.090	13%	17%	14%	9%	-16%	30%
Estoques	455.038	285.364	204.562	18%	13%	10%	122%	59%	40%
Adiantamentos a fornecedores	11.768	12.624	6.706	0%	1%	0%	75%	-7%	88%
Tributos a recuperar	25.056	25.590	73.970	1%	1%	4%	-66%	-2%	-65%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.477	1.864	3.852	1%	0%	0%	224%	569%	-52%
Outros	28.164	15.347	12.198	1%	1%	1%	131%	84%	26%
	1.103.098	906.131	916.703	44%	42%	45%	20%	22%	-1%
<b>Não circulante</b>									
<b>Realizável a longo prazo</b>									
Créditos com outras pessoas ligadas			-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Depósito em garantia	19.365	89.700	87.402	1%	4%	4%	-78%	-78%	3%
Depósitos judiciais	106.704	185.382	156.324	4%	9%	8%	-32%	-42%	19%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	12.821	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Tributos a recuperar	44.965	46.801	50.989	2%	2%	3%	-12%	-4%	-8%
Ativos judiciais	140.333	155.153	119.651	6%	7%	6%	17%	-10%	30%
Ativo atuarial	27.320	18.677	8.905	1%	1%	0%	207%	46%	110%
Aplicações financeiras vinculadas	9.291	13.679	13.317	0%	1%	1%	-30%	-32%	3%
Outros	14.191	13.864	15.088	1%	1%	1%	-6%	2%	-8%
	374.990	536.077	464.497	15%	25%	23%	-19%	-30%	15%
Investimentos	348	348	348	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Ativo de Arrendamento	771.230	71.536	71.391	31%	3%	4%	980%	978%	0%
Imobilizado	42.377	614.458	552.876	2%	28%	27%	-92%	-93%	11%
Intangível	187.727	28.797	28.473	8%	1%	1%	559%	552%	1%
	1.001.682	715.139	653.088	40%	33%	32%	53%	40%	10%
	1.376.672	1.251.216	1.117.585	56%	58%	55%	23%	10%	12%
<b>Total do ativo</b>	<b>2.479.770</b>	<b>2.157.347</b>	<b>2.034.288</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>22%</b>	<b>15%</b>	<b>6%</b>

Balço Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31/12/22 X 31/12/20	31/12/22 X 31/12/21	31/12/21 X 31/12/20
<b>Passivo</b>									
<b>Circulante</b>									
Fornecedores	252.418	229.828	194.929	10%	11%	10%	29%	10%	18%
Cessão de crédito com fornecedores	126.393	97.717	66.418	5%	5%	3%	90%	29%	47%
Contas a pagar de investimentos	82.021	38.107	31.303	3%	2%	2%	162%	115%	22%
Empréstimos e financiamentos	165.903	98.115	223.908	7%	5%	11%	-26%	69%	-56%
Empréstimos e financiamentos	77.973	90.922	174.842	3%	4%	9%	-55%	-14%	-48%
Debêntures	87.930	7.193	49.066	4%	0%	2%	79%	1122%	-85%
Parcelamento de obrigações tributárias	12.313	11.663	9.354	0%	1%	0%	32%	6%	25%
Impostos, taxas e contribuições	27.877	24.205	21.443	1%	1%	1%	30%	15%	13%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.021	3.865	2.997	0%	0%	0%	1%	-22%	29%
Dividendos a pagar	563	1.043	31.079	0%	0%	2%	-98%	-46%	-97%
Adiantamentos de clientes	84.500	69.564	43.825	3%	3%	2%	93%	21%	59%
Obrigações sociais e trabalhistas	64.557	58.991	46.499	3%	3%	2%	39%	9%	27%
Débito com controladas e pessoas ligadas	49.683	6.067	-	2%	0%	0%	0%	719%	0%
Provisão para PPR	10.491	24.250	10.769	0%	1%	1%	-3%	-57%	125%
Obrigações de arrendamento	26.361	19.456	34.803	1%	1%	2%	-24%	35%	-44%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.354	0%	0%	0%	-100%	0%	-100%
Outras contas a pagar	39.006	31.256	20.939	2%	1%	1%	86%	25%	49%
	<b>945.107</b>	<b>714.127</b>	<b>740.620</b>	<b>38%</b>	<b>33%</b>	<b>36%</b>	<b>28%</b>	<b>32%</b>	<b>-4%</b>
<b>Não circulante</b>									
Fornecedores	94.426	171.195	144.021	4%	8%	7%	-34%	-45%	19%
Contas a pagar de investimentos	28.095	18.739	25.700	1%	1%	1%	9%	50%	-27%
Empréstimos e financiamentos	717.668	664.277	503.858	29%	31%	25%	42%	8%	32%
Empréstimos e financiamentos	494.470	366.872	354.666	20%	17%	17%	39%	35%	3%
Debêntures	223.198	297.405	149.192	9%	14%	7%	50%	-25%	99%
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias	88.369	89.014	63.573	4%	4%	3%	39%	-1%	40%
Parcelamento de obrigações tributárias	10.217	21.406	34.653	0%	1%	2%	-71%	-52%	-38%
Dívidas com pessoas ligadas	56.330	56.363	56.326	2%	3%	3%	0%	0%	0%
Obrigações de arrendamento	51.354	45.397	38.379	2%	2%	2%	34%	13%	18%
Outras contas a pagar	20.960	20.672	9.974	1%	1%	0%	110%	1%	107%
	<b>1.067.419</b>	<b>1.087.063</b>	<b>876.484</b>	<b>43%</b>	<b>50%</b>	<b>43%</b>	<b>22%</b>	<b>-2%</b>	<b>24%</b>
<b>Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas</b>									
Capital social	250.000	250.000	200.000	10%	12%	10%	25%	0%	25%
Ações em tesouraria	-	(91.351)	(14.095)	0%	-4%	-1%	-100%	-100%	548%
Reservas de lucros	225.696	236.608	250.941	9%	11%	12%	-10%	-5%	-6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(38.095)	(42.610)	(50.125)	-2%	-2%	-2%	-24%	-11%	-15%
Dividendos adicionais	29.615	3.489	30.447	1%	0%	1%	-3%	749%	-89%
	<b>467.216</b>	<b>356.136</b>	<b>417.168</b>	<b>19%</b>	<b>17%</b>	<b>21%</b>	<b>12%</b>	<b>31%</b>	<b>-15%</b>
Participação dos não controladores	28	21	16	0%	0%	0%	75%	33%	31%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.479.770</b>	<b>2.157.347</b>	<b>2.034.288</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>22%</b>	<b>15%</b>	<b>6%</b>

### **Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021**

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo final de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 256,1 milhões, 35% maior do que no mesmo período de 2021, cujo saldo era de R\$ 189,7 milhões. Esse aumento é devido ao menor nível de desembolso nas atividades de financiamento realizado no período, com menores amortizações no período em decorrência da gestão eficiente do caixa e calendarização da dívida. O saldo está em linha com a estratégia de gestão adotada pela Companhia. Adicionalmente, em julho de 2022 foram recebidos recursos relativos ao resgate de depósitos dados em garantia, no valor de R\$ 58,3 milhões. Em 2022 os valores levantados totalizaram R\$ 93,8 milhões, que impactaram positivamente a linha de atividades operacionais, referente a: (i) cédulas de crédito rural, no valor de R\$ 20,3 milhões; (ii) resgate de depósitos dados em garantia no valor de R\$ 74,7 milhões.

#### **Contas a receber de clientes**

O saldo de conta a receber de clientes apresentou redução de 16%, passando de um saldo de R\$ 375,6 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 314,5 milhões em 31 de dezembro de 2022, decorrente da redução na receita ao final do período.

#### **Estoques**

O saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 fechou em R\$ 455 milhões contra R\$ 285 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de 59%. Grande parte da variação dos Estoques aconteceu em função da desaceleração do mercado de construção civil, principalmente nas regiões Norte/Nordeste, que impactou principalmente a Pointer, mas também em função da melhoria do nível de serviço de atendimento a clientes do varejo e do mercado norte americano.

#### **Depósitos em Garantia**

Os depósitos em garantia são oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2022) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A.

Em dezembro de 2022, o saldo dos depósitos em garantia fechou em R\$ 19.365, redução de 78% quando comparado com o mesmo período de 2021, cujo saldo era de R\$ 89,7 milhões. A movimentação líquida (decréscimo) de R\$ 70,3 milhões se deu por: i) decréscimo pelo levantamento, em favor da Companhia, de R\$ 74,7 milhões, mediante apresentação de seguro garantia, ii) acréscimo pela atualização financeira de R\$ 4,3 milhões.

A Companhia informa que ainda existem valores contabilizados como “Depósitos em Garantia” que permanecem depositados em outras 5 execuções fiscais. A expectativa de realização da Companhia do montante de R\$ 19.365 decorrente das 5 execuções fiscais em aberto é para o ano de 2023.

## Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2022, totalizaram R\$ 106,7 milhões, representando 42% de redução em comparação ao mesmo período do ano anterior, que era de R\$ 185,3 milhões.

Essa redução ocorreu substancialmente pelo levantamento de R\$ 88,1 milhões pela SC Gás no primeiro trimestre de 2022, cujo saldo depositado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 171,2 milhões. No mesmo período, a revogação de medida liminar que autorizou o levantamento dos R\$ 88,1 milhões também fez com que a Companhia parasse de efetuar os depósitos para a SC Gás e passar a pagar integralmente as faturas de fornecimento de gás, fazendo com que esse depósito não recebesse incremento substancial.

## Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes à ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2022), não houve alteração no valor em 2022. Após decisão homologatória e intimação da Eletrobrás para o pagamento do valor exequendo, a executada efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 13,7 milhões, em 17 de janeiro de 2023, dos quais R\$ 12,7 milhões foram objeto de levantamento pela Companhia em março de 2023 e R\$ 1 milhão será levantado pelo Escritório de Advocacia. Assim, diante do pagamento pela Eletrobrás, aguardamos a extinção do processo pelo cumprimento da obrigação.

## Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 155,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 140,3 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando redução de 10% em 2022 devido ao levantamento do valor bloqueado oriundo das Cédulas de Crédito Rural, mediante a apresentação de seguro garantia.

Em março de 2022, houve a expedição do alvará e o levantamento da importância penhorada, que totalizou R\$ 20,3 milhões, a qual foi creditado em conta bancária da Companhia.

## Imobilizado, Intangível e Ativo de arrendamento

Em 2022, o imobilizado apresentou aumento de 26% em relação a 2021, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 771,2 milhões contra R\$ 614,4 no mesmo período de 2021.

No exercício de 2022, as adições de imobilizado, intangível e ativos de arrendamento somaram R\$ 401 milhões, sendo que 33,7% foram destinados ao projeto da nova fábrica da Portobello America, 29,9% foram destinados aos investimentos em lojas próprias, 21,4% foram destinados à planta de Tijucas-SC e o restante para projetos comerciais e corporativos e para a unidade industrial de Marechal Deodoro-AL.

Adicionalmente, houve baixa do ativo imobilizado de R\$ 15,3 milhões decorrente da realização da venda do terreno em Baxter no Tennessee nos Estados Unidos da América. A formalização da venda

foi concretizada com a assinatura de três contratos: Contrato de compra e venda do Terreno e reembolso dos custos incorridos da obra em andamento até assinatura do contrato, Contrato de Agenciamento de construção e Contrato de Arrendamento Mercantil (Operação Built to Suit) com a OAK Street vencedora da licitação. A data prevista de entrega da construção da Fábrica é abril de 2023. O montante da venda do terreno é de R\$ 18,1 milhões e o reembolso dos custos da construção em andamento é de R\$ 37,6 milhões. A baixa inclui os efeitos de variação cambial.

No exercício de 2022, as adições de intangível no Consolidado somaram R\$ 23 milhões, valor destinado boa parte ao projeto transformação, que visa otimizar e implementar melhorias digitais na área comercial e implementação do Oracle para a Empresa Portobello América e Companhia Brasileira de Cerâmica.

O saldo de Ativos de arrendamento, de R\$ 187,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 apresenta um aumento de 162% em comparação com o saldo de R\$ 71,5 milhões em 31 de dezembro de 2021. No período houve entradas no montante de R\$ 6 milhões decorrente de novos contratos de arrendamento de lojas próprias, R\$ 108,8 milhões de fundo de comércio pago no arrendamento destas mesmas lojas e R\$ 23,6 milhões de máquinas. Por outro lado, houve decréscimo do saldo pela depreciação e rescisões contratuais no montante de R\$ 32,5 milhões.

Os ativos de arrendamento referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. Estes ativos passaram a ser demonstrados e segregados nas demonstrações conforme opção, ou não, de compra ao final dos contratos, na Nota explicativa 19.

#### Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores, considerando curto e longo prazos, totalizou R\$ 346,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, apresentando queda de 13,5% em comparação com o saldo de R\$ 401 milhões em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu principalmente pelo levantamento, em favor da SC Gás, de 50% do depósito judicial, conforme justificativa apresentada na rubrica “Depósitos judiciais”. Do montante de R\$ 401 milhões em 2021, R\$ 171 milhões representam o fornecedor SC Gás, o qual levantou 88,1 milhões que estavam registrados no ativo não circulante em contrapartida do passivo não circulante (fornecedores de longo prazo).

#### Cessão de crédito fornecedores

O saldo da conta cessão de crédito de fornecedores, no montante de R\$ 126,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, teve um aumento de 29% em comparação com o mesmo período de 2021, cujo montante era de R\$ 97,7 milhões, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento.

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva. Esse crescimento está ligado ao aumento no volume dos estoques e aumento de preços nos insumos ligados à produção.

#### Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo total de empréstimos e financiamentos de R\$ 883,6 milhões, considerando curto e longo prazos em 31 de dezembro de 2022, foi 15,9% superior ao saldo de R\$ 762,4 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2021, cujo aumento decorreu de novas captações (R\$ 193 milhões) e apropriações de juros realizadas no período (R\$ 85,7 milhões), inferiores às amortizações (R\$ 154,5 milhões). O detalhamento das captações realizadas em 2022 está contido no item 10.2 deste documento.

## Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 22,5 milhões reduziu 31,9% ou R\$ 10,5 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior (saldo de R\$ 33,1 milhões em 31 de dezembro de 2021). A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

## Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O saldo de R\$ 77,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 decorre de contratos antigos e entrada de novos contratos em 2022, apresentando, neste ano, aumento de 19,8% em relação ao mesmo período do ano anterior (saldo de R\$ 64,8 milhões). O acréscimo líquido refere-se basicamente à entrada de novos contratos no período, no montante de R\$ 36,6 milhões, bem como pagamentos no total de R\$ 25,9 milhões.

As obrigações de arrendamento referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, atualmente segregados e demonstrados como arrendamentos mercantis com opção de compra e sem opção de compra nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota Explicativa 19).

## Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisões para contingências fechou em R\$ 88,4 milhões, apresentando redução de 1% referente ao mesmo período de 2021, cujo montante era de R\$ 89 milhões. A redução é reflexo da movimentação normal das provisões no ano.

## Dividendos a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 0,5 milhão, refere-se aos dividendos que foram distribuídos porém ainda não liquidados. A variação da conta no período de R\$ 0,5 milhão decorre da liquidação dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2021.

## Contas a pagar de investimentos (curto e longo prazo)

O saldo total de contas a pagar de investimentos, no montante de R\$ 110,1 milhões em 2022, apresentou acréscimo de 93,7%, representando R\$ 53,2 milhões à mais do que havia no mesmo período de 2021, cujo saldo era de R\$ 56,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta, no passivo circulante, o montante de R\$ 82 milhões (R\$ 38,1 milhões em 31 de dezembro de 2021) referente aos fornecedores de imobilizado e intangível. Concomitantemente, apresenta saldo de R\$ 28 milhões no passivo não circulante, com vencimento entre 2023 e 2025, que se referem às imobilizações para atualização dos parques fabris (R\$ 18,7 milhões em 2021).

## Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

No curto prazo, o acréscimo de R\$ 43,6 milhões (saldo de R\$ 49,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 6 milhões em 2021) refere-se substancialmente à aquisição de 3 lojas próprias e da Officina Portobello Tijucas, com as partes relacionadas Solução Cerâmica, Riveste e Flooring, no montante de R\$ 43,6 milhões.

As dívidas com pessoas ligadas de longo prazo são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo totalizando um montante de R\$ 56 milhões em 31 de dezembro de 2022, mesmo saldo em 31 de dezembro de 2021.

## Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 31,2% ou R\$ 111 milhões, passando de R\$ 356,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 467,2 milhões, aumento de R\$ 153,1 milhões devido ao lucro auferido em 2022 e redução de R\$ 43,4 milhões devido a dividendos antecipados em setembro de 2022.

## **Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020**

### Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 189,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, 42% menor que no mesmo período de 2020 onde o caixa e equivalente representava o montante de R\$ 326,3 milhões, esta redução é principalmente em decorrência da aquisição de ações em tesouraria em R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 162,2 milhões. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a manter uma posição de caixa significativa, visto os desembolsos apresentados acima.

### Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 30% no período de 2021 em comparação com 2020, passando de um saldo de R\$ 289 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 376 milhões em 31 de dezembro de 2021, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 44% no período.

### Estoque

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 285 milhões e representou um aumento de 40% em relação ao mesmo período de 2020. A variação está principalmente relacionada à recuperação dos níveis de estoques e à inflação dos insumos no exercício. Apesar do aumento no nível de estoques, houve maior volume de vendas, onde a companhia teve resultado superior aos indicadores do setor, principalmente no mercado interno, com crescimento de 44%, enquanto que para o mercado, pelos índices da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de materiais de construção), houve crescimento de 37% no ano.

### Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passou de R\$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 72,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 52,6 milhões. Esta redução está relacionada à utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e créditos de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado.

### Depósitos em Garantia

O montante de R\$ 89,7 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 12 das

demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2021) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A. O aumento no período de R\$ 2,3 milhões decorre da atualização monetária do período.

## Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 185,4 milhões, representando 19% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior, R\$ 156,3 milhões. Essa variação é decorrente principalmente da atualização monetária e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás o montante de depósitos e atualizações no exercício foi de R\$ 27,2 milhões. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

## Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021), não houve alteração no valor em 2021 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 12,8 milhões nos três últimos períodos em questão.

## Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 119,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 155,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, o aumento de 30% em 2021, refere-se principalmente ao reconhecimento IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros Selic em razão da repetição de indébitos tributários no montante de R\$ 26,7 milhões (vide nota 15.d das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021). O saldo no montante de R\$ 8,8 milhões decorre de atualização dos demais ativos judiciais.

## Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 643,2 milhões, representando 11% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 581,3 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada à atualização do parque na fábrica de Tijucas em R\$ 49,2 milhões. No exercício de 2021, a construção da fábrica nos EUA teve o investimento no montante de R\$ 39,1 milhões, os investimentos decorrem do projeto arquitetônico, terraplenagem do terreno e fundação da fábrica.

No que tange ao ativo intangível em 2021 houve um aumento de 1% referente ao ano de 2020 corresponde à inovação digital.

## Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em linha em comparação com o valor de R\$ 71,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. No período teve entradas no montante de R\$ 29,6 milhões decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas e remensuração de contratos e reclassificação de fundo de comércio no montante de R\$ 11,5 milhões, houve saída de depreciação e rescisões contratuais no montante de R\$ 22,8 milhões e reclassificação de terreno da

Portobello América no montante de R\$ 18,1 milhões. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. Estes ativos passaram a ser demonstrados e segregados nas demonstrações conforme opção, ou não, de compra ao final dos contratos. Nota explicativa 20.

## Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 401 milhões em 31 de dezembro de 2021 aumentou 18,3% em comparação com o valor de R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2020, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa. Do montante de R\$ 401 milhões, R\$ 171 milhões representam o fornecedor SC Gás a qual possui depósitos judiciais vinculados.

## Cessão de crédito fornecedores

O saldo da conta cessão de crédito de fornecedores no montante de R\$ 97,7 milhões, teve um aumento de 47% em 31 de dezembro de 2021 em comparação com 31 de dezembro de 2020 R\$ 66,4 milhões, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva. Esse crescimento está ligado ao aumento no volume dos estoques e aumento de preços nos insumos ligados à produção.

## Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2021, R\$ 762,4 milhões foi 4,76% superior ao saldo de R\$ 727,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2021 foram amortizados R\$ 488,8 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP, Prodec e debêntures. As captações do ano totalizaram R\$ 513,7 milhões, sendo as principais dívidas R\$ 300 milhões decorrente 4º emissão de debêntures e R\$ 130 milhões de NCEs, captações realizadas pela Companhia para o reperfilamento de suas dívidas.

## Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 33,1 milhões reduziu 25% ou R\$ 10,9 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

## Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 64,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 é decorrente de contratos antigos e entrada de novos contratos, redução de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução é reflexo de liquidações realizadas no período. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, atualmente segregados e demonstrados como arrendamentos mercantis com opção de compra e sem opção de compra

## Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2021 o saldo de provisões de contingências é R\$ 89 milhões, um aumento 40% referente ao mesmo período de 2021 eu representava o montante de R\$ 63,6 milhões, o aumento é reflexo de novas ações decorrente contingências Civis e atualizações de causas já existentes, vide nota explicativa n.27.

## Dividendos a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1 milhão refere-se aos dividendos que foram distribuídos porém ainda não liquidados. A variação da conta no período de R\$ 30 milhões decorre da liquidação dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020.

## Contas a pagar de imobilizado (curto e longo prazo)

O saldo de contas a pagar de imobilizado no montante de R\$ 56,8 milhões em 2021, manteve estável em comparação com R\$ 57 milhões em 2020, os investimentos são decorrentes da construção da fábrica dos Estados Unidos e compra de máquinas e equipamentos para as unidades de Tijuca e Pointer.

## Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo totalizando um montante de R\$ 56 milhões em 31 de dezembro de 2021, mesmo saldo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia possui operações comerciais com a Empresa Flooring Revestimento e AB Parking em 31 de dezembro de 2021 possui o montante de R\$ 6,1 milhões.

## Outras contas a pagar

O saldo da rubrica outras aumentou em 2021 para o montante de R\$ 51,9 milhões em comparação com R\$ 30,9 milhões em 2020. Reflexo da reclassificação de outras contas a pagar do terreno da Portobello América no montante de R\$ 16,6 milhões.

## Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia reduziu R\$ 60 milhões em 31 de dezembro de 2021, a variação é decorrente principalmente da aquisição de ações em tesouraria de R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 132,2 milhões. A Companhia teve um lucro de R\$ 216,2 milhões no período.

## **Demonstração do resultado**

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	2022 x 2020	2022 x 2021	2021 x 2020
<b>Operações continuadas</b>									
Receita operacional líquida	2.196.681	1.912.127	1.331.780	100%	100%	100%	65%	15%	-30%
Custo dos produtos vendidos	(1.251.067)	(1.085.039)	(871.338)	-57%	-57%	-65%	44%	15%	-20%
Lucro operacional bruto	945.614	827.088	460.442	43%	43%	35%	105%	14%	-44%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(533.989)	(421.287)	(319.148)	-24%	-22%	-24%	67%	27%	-24%
Gerais e administrativas	(90.165)	(68.980)	(44.923)	-4%	-4%	-3%	101%	31%	-35%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7.215)	(48.080)	19.208	0%	-3%	1%	-138%	-85%	-140%
	(631.369)	(538.347)	(344.863)	-29%	-28%	-26%	83%	17%	-36%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	314.245	288.741	115.579	14%	15%	9%	172%	9%	-60%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	18.155	24.832	22.833	1%	1%	2%	-20%	-27%	-8%
Despesas financeiras	(122.438)	(89.967)	(77.962)	-6%	-5%	-6%	57%	36%	-13%
Variação cambial líquida	(5.378)	5.903	25.115	0%	0%	2%	-121%	-191%	325%
	(109.661)	(59.232)	(30.014)	-5%	-3%	-2%	265%	85%	-49%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	204.584	229.509	85.565	9%	12%	6%	139%	-11%	-63%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(48.902)	(27.996)	(21.962)	-2%	-1%	-2%	123%	75%	-22%
Diferido	(2.577)	14.709	64.639	0%	1%	5%	-104%	-118%	339%
	(51.479)	(13.287)	42.677	-2%	-1%	3%	-221%	287%	-421%
Lucro do exercício das operações continuadas	153.105	216.222	128.242	7%	11%	10%	19%	-29%	-41%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	153.105	216.222	128.242	7%	11%	10%	19%	-29%	-41%
<b>Lucro líquido atribuível a</b>									
Acionistas da Companhia	153.098	216.173	128.200	7%	11%	10%	19%	-29%	-41%
Participação dos não controladores	7	49	42	0%	0%	0%	-83%	-86%	-14%

## Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

### Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 2.196,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, um montante 15% maior em comparação com R\$ 1.912,1 milhões em 31 de dezembro de 2021. Esse crescimento é decorrente de três fatores, *mix* de produtos de maior valor agregado, com preços maiores, ampliação da participação do varejo e ampliação da participação dos negócios internacionais, principalmente exportações da UN Portobello e distribuição nos Estados Unidos da Portobello America.

No ano, o acréscimo de 15% na receita da Companhia ocorreu enquanto o setor de materiais de construção apresentou uma retração de -6,9%, segundo dados deflacionados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). O setor de revestimentos cerâmicos, segundo dados da ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) apresentou redução de -17,7% em 2022 vs. 2021 nos volumes (em metros quadrados).

### Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2022 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.251,1 milhões, representando um crescimento de 15% comparado ao período anterior (R\$ 1.085 milhões em 2021), acompanhando o volume de vendas e aumento da inflação nos insumos de produção.

### Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 945,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 827 milhões em 31 de dezembro de 2021, mantendo a margem de 43% do período anterior.

## Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas com vendas totalizaram R\$ 534 milhões, um aumento de 27% comparado ao valor de R\$ 421,2 milhões em 2021. Este aumento resultou do crescimento da estrutura de vendas, absorvida nas aquisições realizadas e expansão da rede de Lojas Próprias, assim como pela estratégia de marketing adotada na Portobello America na fase pré-operacional da entrada da fábrica em operação, visando o ganho de escala no mercado norte-americano.

## Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2022 as despesas gerais e administrativas aumentaram 31%, totalizando R\$ 90,1 milhões em 2022 em comparação com R\$ 69 milhões em 2021. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

## Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, resultaram em uma despesa de R\$ 7,2 milhões em 2022, em comparação com uma despesa de R\$ 48,1 milhões em 2021, representando uma redução de R\$ 40,1 milhões ou 85% quando comparado ao período anterior. Entre os principais fatores para a redução das outras despesas operacionais, podemos citar a menor provisão de participação nos lucros em 2022, no montante aproximado de R\$ 10 milhões a menos do que apurado no período anterior, bem como receita com o reconhecimento de créditos tributários de DIFAL no montante de R\$ 17 milhões em 2022.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 109,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, uma variação de R\$ 50,4 milhões ou 85% de aumento quando comparado a 2021. O principal fator para o crescimento foi o aumento dos juros apropriados e variação cambial de empréstimos em R\$ 36,5 milhões, decorrente de aumento das taxas de juros no Brasil.

## Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2022 resultou em uma despesa de R\$ 51,5 milhões, contra uma despesa de R\$ 13,3 milhões em 2021 (aumento de 287%), devido ao lucro tributável no ano de 2022.

## Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 153,1 milhões, na qual houve uma redução de 29% quando comparado com o ano anterior, cujo lucro foi de R\$ 216,2,1 milhões, reflexo do que foi explicado acima.

## **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020**

### Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 1.912,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, um montante 44% maior em comparação com R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse crescimento é decorrente de três fatores, mix de produtos de maior valor agregado, com preços maiores, ampliação da participação do varejo e ampliação da participação dos negócios internacionais. A receita teve crescimento acima do setor de materiais de construção (em valor) cresceu nominalmente 37,9% em 2021 vs. 2020, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

## Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2021 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.085 milhões, um crescimento de 25% comparado ao período anterior R\$ 871,3 milhões, o crescimento é decorrente do volume de vendas e aumento da inflação nos insumos de produção.

## Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 827 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Um crescimento de margem em 8,7% comparado ao período anterior, os principais fatores para esse crescimento são o reajuste de preços, melhoria do mix de produtos com maior valor agregado e diluição dos custos fixos de produção.

## Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$ 421,3 milhões, um aumento de 37% comparado ao valor de R\$ 319,1 milhões em 2020. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas em 44% no período, que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

## Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 as despesas gerais e administrativas aumentaram 54% totalizando R\$ 69 milhões em 2021 em comparação com R\$ 44,9 milhões em 2020. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

## Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram uma despesa de R\$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$ 67,2 milhões comparado ao período anterior. Os principais fatores para o aumento das outras despesas operacionais são o aumento de provisão de participação nos lucros em 2021 no montante de R\$ 13,4 milhões, atualização e constituição de provisões de contingências no montante R\$ 14,1 milhões e no ano 2020 houve o reconhecimento do crédito do prêmio IPI e ativo judicial de cédula rural que representou receita de R\$ 27,2 milhões.

## Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação no montante de R\$ 29,2 milhões comparado ao período anterior. O principal fator para o crescimento foi o aumento dos juros em R\$ 15 milhões, decorrente de aumento das taxas de juros no Brasil e redução do ganho com variação cambial no montante de R\$ 19,2 milhões.

## Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2021 foi uma despesa de R\$ 13,2 milhões esse montante foi impactado pelo reconhecimento do crédito de indébito tributários no montante de R\$ 26,7 milhões, comparado ao mesmo período do ano anterior teve uma variação de R\$ 55,9 milhões.

O valor do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020 foi uma receita de R\$ 43 milhões, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

## Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2021 foi de R\$ 216,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior no montante de R\$ 88,1 milhões, já explicado pelos fatores acima.

## **Análise das variações dos fluxos de caixa relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais):

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2022	Var %	2021	Var %	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações	204.584	-11%	229.509	168%	85.565
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	227.015	-21%	288.101	33%	217.424
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(205.972)	79%	(114.931)	35%	(85.133)
Caixa líquido proveniente das /utilizado nas atividades de financiamento	45.327	-115%	(309.777)	281%	(81.344)

## **Caixa líquido das atividades operacionais**

Em 2022, o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 227 milhões em 2022, representando redução em comparação ao período anterior, que somou R\$ 288,1 milhões, principalmente em função da menor geração de EBITDA e investimento em capital de giro. No ano, a posição de caixa da Companhia terminou em R\$ 256,1 milhões, um aumento de R\$ 66,4 milhões quando comparado ao mesmo período do ano de 2021 (saldo de caixa de R\$ 189,7 milhões). Esse aumento se deve principalmente pela captação de novos empréstimos e antecipação de recebíveis nos últimos meses do ano.

Em 2021, o fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 288,1 milhões em 2021, representando aumento em comparação ao período anterior que somou R\$ 210,3 milhões, principalmente em função da geração de EBITDA e investimento em capital de giro. No ano, a posição de caixa da Companhia terminou em R\$ 189,7 milhões, uma redução de R\$ 136,6 milhões quando comparado ao mesmo período do ano de 2020. Esta redução se deve principalmente ao pagamento de dividendos, programa de recompra de ações e aos investimentos de Capex no período.

## **Caixa líquido nas atividades de investimentos**

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 205,9 milhões, em comparação com R\$ 114,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 85,1 milhões em 31 de dezembro de 2020. As atividades de investimentos da Companhia foram de R\$ 206 milhões em 2022, destinados principalmente a expansão da rede de lojas próprias da Portobello Shop, aos investimentos na nova fábrica da Portobello America, ao CapEx destinado à planta de Tijucas-SC, com a atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores.

Adicionalmente, no 1T22 houve impacto positivo no valor de USD 11,8 milhões (R\$ 55,8 milhões) nas atividades de investimento em decorrência do reconhecimento da venda de ativos, especificamente o terreno no Tennessee pelo valor de R\$ 18,1 milhões, e o reembolso feito pela Oak Street por investimentos realizados na construção da nova fábrica no valor de R\$ 37,6 milhões na operação de BtS fechada em março de 2022.

Em 2021, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 114,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 89 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 94,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Para 2021, os aumentos nos valores investidos no período estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial CapEx da Unidade de Negócios Portobello América, na planta de Tijucas-SC, com atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, na planta de Marechal Deodoro-AL, para a atualização e revitalização fabril, e também para a expansão da área de vendas das lojas próprias.

## **Caixa líquido das atividades de financiamento**

Em 2022, as atividades de financiamento resultaram em um efeito positivo de R\$ 45,3 milhões no ano (efeito negativo de R\$ 309,8 milhões e R\$ 81,3 milhões em 2021 e 2020, respectivamente), em decorrência das captações realizadas que totalizaram R\$ 192 milhões e ao melhor perfil da dívida, com alongamento dos prazos. O pagamento de empréstimos e financiamentos totalizou um montante de R\$ 12,6 milhões no período. No mês de setembro foi pago aos acionistas o valor de R\$ 43,3 milhões a título de dividendos antecipados.

## **10.2 Os diretores devem comentar:**

### **a) Resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir e passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade. Em 2022, a unidade de negócios Portobello representou 46,6% das receitas, com margem bruta de 43,6%, atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2022, a unidade de negócios Portobello Shop representou 36,8% das receitas com margem bruta de 46,3%.
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2022, a unidade de negócios Pointer representou 10,3% das receitas com margem bruta de 32,0%.
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2022, a unidade de negócios Portobello America representou 10,6% das receitas com margem bruta de 23,5%.

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2022		2021		2020	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	1.683.493	77%	1.510.218	79%	1.054.714	79%
Mercado externo	513.188	23%	401.909	21%	277.067	21%
	<u>2.196.681</u>		<u>1.912.127</u>		<u>1.331.780</u>	

Em 31 de dezembro de 2022						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita Líquida (R\$ mil)	2.196.681	(94.955)	1.024.156	225.444	809.011	233.025
% ROL	100,0%	-4,3%	46,6%	10,3%	36,8%	10,6%
Em 31 de dezembro de 2021						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita Líquida (R\$ mil)	1.912.127	(61.452)	904.665	269.776	623.704	175.434
% ROL	100,0%	-3,2%	47,3%	14,1%	32,6%	9,2%
Em 31 de dezembro de 2020						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita Líquida (R\$ mil)	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
% ROL	100,0%	-3,6%	51,2%	14,0%	29,6%	8,8%

\*Eliminações entre negócios

## ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

Em **2022** a **Receita Líquida** alcançou R\$ 2,2 bilhões, um crescimento de 14,9% vs. 2021. Este resultado é consequência de uma constante evolução estratégica promovida pela Companhia, que busca sempre alinhar a inovação à rentabilidade e geração de valor e, mesmo diante de cenários adversos, ainda é capaz de entregar resultados robustos. Desde resultado pode-se destacar (i) a qualificação e melhoria do *mix* de produtos; (ii) a ampliação da participação da Portobello Shop, (iii) maior participação no canal de engenharia e (iv) ampliação da participação dos negócios internacionais (principalmente exportações da UN Portobello e distribuição nos Estados Unidos da Portobello America).

No mercado interno, em 2022 a Receita Líquida apresentou crescimento de 11,4% em relação a 2021, atingindo R\$ 1,7 bilhão, enquanto o setor de materiais de construção apresentou uma retração de -6,9%, segundo dados deflacionados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). O setor de revestimentos cerâmicos, segundo dados da ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) apresentou redução de -17,7% em 2022 vs. 2021 nos volumes (em metros quadrados).

No 4T22 a Receita Líquida do mercado doméstico apresentou queda de -4,2% vs. 4T21, atingindo R\$ 398 milhões no trimestre. Este resultado é consequência de um mercado extremamente pressionado por fatores políticos e econômicos, que deixaram consumidores em alerta a qualquer sinal que a equipe econômica do novo governo daria. Estes resultados demonstram que, apesar da redução no 4T22, o PBG segue performando acima do mercado, assim como em todos outros os trimestres, demonstrando a resiliência do modelo estratégico adotado pela Companhia.

A distribuição das vendas entre os canais destaca a capacidade da Companhia na execução da estratégia de gestão entre canais. Destaque para as vendas no varejo, que participam em 36,5% do total de Receita Líquida do Grupo em 2022 vs. 32,8% em 2021, para as o canal de exportação manteve o patamar de 23,0% na receita, sendo 10,5% com as vendas realizadas pela Portobello America nos Estados Unidos e 12,6% para os outros mercados das Unidades de Negócios Portobello e Pointer. A participação das vendas do canal Engenharia foi de 19,4% vs. 18,3% no ano anterior.

O **Lucro Bruto Ajustado e Recorrente** atingiu R\$ 946 milhões em 2022, um crescimento de 14,4% em relação ao ano anterior, com manutenção da Margem Bruta no patamar de 43,0%, em linha com 2021. No quarto trimestre, o Lucro Bruto Ajustado e Recorrente foi de R\$ 200 milhões no período, retração de -15,2% vs. 4T21. A Margem Bruta Ajustada e Recorrente também apresentou queda em relação ao 4T21, atingindo 40,3%, uma variação de -4,8 p.p. 4T21. A evolução dos custos, em decorrência da maior pressão inflacionária, não pôde ser adequadamente alocada através dos reajustes nos preços, uma vez que o mercado vinha apresentando desaceleração ao longo do ano.

## **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

No que diz respeito às vendas no mercado externo, a Companhia apresentou um expressivo crescimento de 27,8% em 2022 vs. 2021 (21,6% em dólares). Este resultado segue sendo impulsionado pelo avanço na estratégia de expansão internacional da Companhia, com evolução da operação da Portobello America (crescimento de 32,8% no ano) e o crescimento das exportações da UN Portobello (32,2% vs. 2021). No 4T22 a receita proveniente do mercado externo apresentou queda de -5,8% vs. 4T21 (-17,1% em dólares), com crescimento de 10,2% na Portobello America, porém impactado por uma redução de -15,1% nas exportações da UN Portobello.

No 4T22 a Portobello America representou 9,3% do total da Receita Líquida do Portobello Grupo, com crescimento de 10,2% vs. 4T21. A Portobello Shop respondeu por 40,5%, com incremento de 17,3% vs. 4T21. A UN Portobello representou 41,3% do total da Receita Líquida, com queda de 9,9% vs. 4T21 e a participação da Pointer foi de 9,0%, com redução de -30,9% vs. 4T21.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de design têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação. Neste caso, as receitas são impactadas pela introdução de novos produtos.

## **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A Margem Bruta no ano de 2022 foi de 43,6% em linha com os 43,3% em 2021, refletindo a manutenção dos preços e qualificação do *mix* de produtos frente à pressão inflacionária observada no período. Portobello segue tendo como prioridade a melhoria contínua nos níveis de serviço, a eficiência no balanceamento dos níveis de estoque e atendimento da demanda, além do avanço na implantação de ações de ESG.

O Capital de Giro da Companhia apresentou aumento, em 2022, totalizando um valor de R\$ 318 milhões, R\$ 48 milhões acima de 2021 (17,6%). O Ciclo de Conversão de Caixa ao final de 2022 foi de 57 dias, aumento de 25 dias comparado com 2021 (32 dias), com efeito de aumento de 47 dias no ciclo de conversão do estoque em caixa. Grande parte da variação dos Estoques aconteceu em função da desaceleração do mercado de construção civil, principalmente nas regiões Norte/Nordeste,

que impactou principalmente a Pointer, mas também em função da melhoria do nível de serviço de atendimento a clientes do varejo e do mercado norte americano.

A Dívida Líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 630 milhões, aumento de R\$ 53,5 milhões em comparação com 2021. O avanço do EBITDA Ajustado e Recorrente dos últimos 12 meses para R\$ 396 milhões e a disciplina na gestão financeira, cujo foco está na constante otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultaram na manutenção da alavancagem financeira em 1,6 vez o EBITDA Ajustado e Recorrente, mantido próximo a ao menor patamar de endividamento já alcançado pela Companhia.

A Companhia está exposta aos aumentos no custo dos insumos energéticos, que podem gerar reduções nas margens brutas, no entanto estes reajustes vem sendo compensados nos últimos anos pelos repasses de preços e melhoria no *mix* de produtos e gestão de canais de vendas. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionam ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios.

A Companhia também tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, que são constantemente compensados pelos esforços em busca de ganhos de produtividade, custos com transportes e custos de insumos decorrentes dos itens importados. Para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos, a Companhia tem adotado como estratégia manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

Também visando manter a rentabilidade, para proteção da receita em dólar, a companhia adotou a aplicação do *Hedge Accounting*, classificados como *hedge* de fluxo de caixa, com instrumentos eleitos para proteger receitas futuras, conforme nota explicativa 7.

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber	80.718	60.407	42.935	104.616	123.330	60.211
Conta corrente	36	4.516	1.502	14.539	21.717	21.912
Créditos com controladas	150.220	111.796	45.308	-	-	-
Ativos expostos	230.974	176.719	89.745	119.155	145.047	82.123
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(5.059)	(16.717)	(15.332)	(18.098)	(34.111)	(37.845)
Contas a pagar de investimentos	(19.511)	(23.980)	(45.210)	(93.416)	(41.590)	(45.210)
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	(4.734)
Empréstimos e financiamentos	(93.484)	(21.280)	(49.123)	(93.484)	(21.280)	(49.123)
(-) Operação Swap	-	3.790	14.117	-	3.790	14.117
Passivos expostos	(118.054)	(58.187)	(95.548)	(204.998)	(93.191)	(122.795)
Exposição líquida	112.920	118.532	(5.803)	(85.843)	51.856	(40.672)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Contas a receber	euro	241	264	197	241	264	197
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(3.894)	(5.214)	(8.083)	(3.894)	(5.214)	(8.083)
		(3.653)	(4.950)	(7.886)	(3.653)	(4.950)	(7.886)
Contas a receber	dolar	15.213	10.526	8.020	19.793	21.801	11.344
Conta corrente	dolar	7	809	288	2.786	3.892	4.215
Créditos com controladas	dolar	28.790	20.033	8.718	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(552)	(1.389)	(1.730)	(17.215)	(7.662)	(6.062)
Obrigações de arrendamento	dolar	-	-	-	-	-	(911)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(17.917)	(3.813)	(6.736)	(17.917)	(3.813)	(6.736)
(-) Operação Swap	dolar	-	679	-	-	679	-
		25.541	26.845	8.560	(12.553)	14.897	1.850

**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop (PBShop), Pointer e Portobello América (PBA).

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijucas e atende os mercados “B2B” (business-to-business service), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop (PBShop) atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America (PBA) representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.683.493	513.188	2.196.681	1.510.218	401.909	1.912.127
Custo dos produtos vendidos	(913.933)	(337.134)	(1.251.067)	(811.995)	(273.044)	(1.085.039)
Lucro operacional bruto	769.560	176.054	945.614	698.223	128.865	827.088

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para mais de 57 países.

A partir de 2020, além da abertura de segmento operacional entre doméstico e exportação para análise, a Companhia passa também a demonstrar o resultado por unidade de negócio, da seguinte forma:

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2021					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.912.127	(61.452)	904.665	269.776	623.704	175.434
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	59.673	(503.685)	(161.792)	(335.787)	(143.448)
Lucro operacional bruto	827.088	(1.779)	400.980	107.984	287.917	31.986
*Eliminações entre negócios						
	Em 31 de dezembro de 2022					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	2.196.681	(94.955)	1.024.156	225.444	809.011	233.025
Custo dos produtos vendidos	(1.251.067)	90.271	(577.114)	(153.265)	(433.412)	(177.547)
Lucro operacional bruto	945.614	(4.684)	447.042	72.179	375.599	55.478
*Eliminações entre negócios						

## b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

## c) Eventos ou operações não usuais

A PBG entrou com mandado de segurança nº 5015551-38.2021.8.21.0001 contra a cobrança do DIFAL (Diferencial de Alíquota) no Estado do Rio Grande do Sul, antes de edição de lei complementar. Obteve êxito para a restituição do valor pago, através do trânsito em julgado ocorrido em setembro de 2022. Esse valor será restituído através de compensações com os valores apurados mensalmente pela Companhia.

Em 2022 as Despesas Operacionais foram impactadas positivamente pelo efeito não-recorrente relativo ao ganho fiscal relacionado à reversão da DIFAL, dado que foi considerada inconstitucional, no valor de R\$ 17,3 milhões.

## 10.4 Os diretores devem comentar:

### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

#### ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

### c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

### l) principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 1 Consolidações

##### 1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

###### a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2022 é:

	País de constituição	Participação direta	Participação indireta
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,99%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

## b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

## 1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldos dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

## 2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela Diretoria Executiva, que é responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

### **3. Conversão de moeda estrangeira**

#### **a) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme apresentado na nota explicativa nº 32, exceto quando diferidas no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa qualificados.

#### **b) Empresas controladas**

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

### **4.1 Ativos Financeiros**

#### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, dividendos a receber, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e recebíveis da Eletrobrás.

#### **b) Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

##### **(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

## **(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

## **(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

## **(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros**

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

## **(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de doze meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

## 4.2 Passivos financeiros

### (i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

### (ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### (iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### (iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### (iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros e contrato a termo de moeda sem a entrega física “*Non-Deliverable Forward*” para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*, de acordo com as normas IFRS 9/CPC 48. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

### (vi) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou a aplicação de *hedge accounting* a partir de 29 de julho de 2021, os instrumentos eleitos para designação foram as vendas em dólar para o exercício de 2022 e 2023 que

foram classificadas como hedge de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para hedge proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido na rubrica de Ajuste de avaliação patrimonial, e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício na rubrica de Resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por hedge afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de Receita líquida de vendas, de modo a minimizar as variações do objeto do hedge (nota explicativa nº 7).

### **4.3 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

### **4.4 Tributos a recuperar**

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Companhia, Nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelas sentenças favoráveis à Companhia, que considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na nota explicativa nº 10.

### **4.5 Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas são aquelas incorridas antes do evento que gerará benefícios futuros à Companhia e referem-se aos gastos com seguros e licenças, após a realização do evento, sofrem redução mensal do valor em parcelas, através de apropriação. Tal apropriação de despesas deve ser feita no resultado do período a que corresponderem, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas.

### **4.6 Depósitos judiciais**

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativos não circulantes

### **4.7 Depósitos em garantia**

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Companhia optou por efetuar o registro no ativo não circulante pois não há uma data definida para sua realização, conforme discorre a nota explicativa nº 12.

### **4.8 Recebíveis da Eletrobrás**

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos e balizamentos da sentença condenatória.

## 4.9 Ativos Judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais a Companhia possui processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa, conforme a nota explicativa nº 15.

## 4.10 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 16).

## 4.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 17).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

## 4.12 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 18, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

#### **4.13 Arrendamentos (CPC 06 (IFRS 16))**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivo de arrendamento recebidos;
- incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do Arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI, e pequenos itens de mobiliário de escritório.

#### **4.14 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são

revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

#### **4.15 Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia classifica os fornecedores como operacionais e investimento para aquisição de ativo imobilizado.

#### **4.16 Cessão de crédito com fornecedores**

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

#### **4.17 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

#### **4.18 Adiantamento de clientes**

Ocorre quando a Companhia recebe um adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido à característica da operação.

#### **4.19 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas Demonstrações Financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

## **4.20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme nota explicativa nº 14.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro desses créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas pela Companhia, realizadas a partir de projeções efetuadas pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

## **4.21 Interpretação de IFRS emitida pelo IASB – ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

## **4.22 Benefícios a empregados**

### **a) Plano de previdência privada**

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

## **b) Plano de participação nos resultados**

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se como ponto de partida o lucro.

### **4.23 Capital social**

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 27.1.

### **4.24 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

### **4.25 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os

riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

## **a) Venda de produtos - atacado**

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* existe a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo; é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

## **b) Receita de franquias**

A receita de franquia (royalties) é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis nas controladas.

## **c) Receita de produtos e serviços – Oficina Portobello**

A receita de vendas de produtos e serviços que contemplam revestimentos cerâmicos com louças, metais e soluções na arte de porcelanataria, para os quais as transferências de controle acontecem quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas, conclui-se que se trata de uma única obrigação de desempenho não havendo, portanto, complexidade na definição das obrigações de desempenho e transferência de controle das mercadorias e serviços aos clientes.

## **d) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

## **4.26 Despesas financeiras**

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

## **5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

### **5.1 Estimativas**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

#### **b) Provisões para perdas nos estoques**

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

#### **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

#### **d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas**

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

#### **e) Plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

## **5.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### **a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

### **b) Provisões para perdas nos estoques**

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

### **c) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

### **d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas**

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

### **e) Plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

## **10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Conforme mencionado no item 10.4, a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva com o efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Dessa forma, certos contratos de arrendamento operacional que não eram reconhecidos no balanço, passaram a ser classificados como arrendamento sob a nova norma contábil e foram reconhecidos no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 52 contratos de locação de arrendamento para suas unidades comerciais (50 em 31 de dezembro de 2021), sendo 32 contratos classificados como arrendamento mercantil e sem opção de compra para as suas unidades comerciais e logísticas, e 20 contratos de arrendamento mercantil com opção de compra destinados aos veículos para os administradores da Companhia, os quais referem-se a arrendamentos para os quais existe opção de compra ao final, assemelhando-se a uma operação de financiamento.

Os arrendamentos mercantis sem opção de compra ao final do contrato, são compostos pelos aluguéis das lojas próprias, máquinas, centros de distribuição e do terreno para armazenamento, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos. Os Contratos de arrendamento mercantil com opção de compra ao final do contrato são compostos pelos aluguéis dos veículos utilizados pelos administradores da Companhia.

O valor do passivo de arrendamento representa o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos descontados a taxa média de juros de financiamento na Companhia. A Companhia determina o prazo do arrendamento e a localização física para fins Logísticos e pontos comerciais estratégicos. Os ativos de arrendamento mercantil estão detalhados a seguir e representam o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, menos incentivos, mais custo de desmontagem e remoção e seu valor residual no final do contrato, quando aplicável. Os prazos dos contratos de direito de uso variam entre 2 a 7 anos a depender do contrato, e possui um contrato com o prazo de 20 anos. O prazo de amortização do fundo de comércio é em média de 10 anos.

A Companhia adotou essa nova divulgação dos seus arrendamentos, visando maior clareza sobre a natureza dos contratos de arrendamento.

Conforme mencionado anteriormente os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco a sete anos com a opção de renovação após essa data. A Companhia adota, como taxa de desconto, o custo médio ponderado das operações de financiamento, referente ao mês vigente da adoção dos novos contratos de arrendamento.

Durante o exercício de 2022, houve o reajuste de contratos de aluguel dos imóveis das lojas próprias e dos centros de distribuição. Foram adicionados novos contratos de lojas, máquinas e carros.

**ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável.

**iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Em 31 de dezembro de 2022, os gastos contratados referentes a imobilizado, porém ainda não incorridos, somam R\$ 1.588 (em 31 de dezembro de 2021 somavam R\$ 9.270). Tais gastos são correspondentes à modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

**iv) Contratos de construção não terminada**

Não aplicável.

**v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2022, cujo montante foi de R\$ 1.286,5 milhões, haviam sido desembolsado R\$ 1.285 milhões até 31 de dezembro de 2022, restando um limite a desembolsar de R\$ 1,5 milhão, ainda não desembolsado em 2023.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a) Investimentos, incluindo:**

**i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos em 2022 totalizaram R\$ 401 milhões, sendo que 33,7% foram destinados ao projeto da nova fábrica da Portobello America, 29,9% foram destinados aos investimentos em lojas próprias, 21,4% foram destinados à planta de Tijucas-SC e o restante para projetos comerciais e corporativos e para a unidade industrial de Marechal Deodoro-AL.

Os investimentos realizados em lojas próprias em 2022 foram referentes, em grande parte, à aquisição das lojas anunciadas pela Companhia nos meses de março (Pacaembu e Gabriel) e julho (Balneário Camboriú, Tijucas e São José), além da inauguração de novas lojas que ocorreram ao longo do ano.

Os investimentos realizados na Portobello America são, em grande parte, relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos para a fase 1 da nova fábrica, que deverá entrar em operação no segundo trimestre de 2023. A planta, quando concluída, será uma das fábricas de revestimentos cerâmicos mais modernas dos Estados Unidos, contando com tecnologia de ponta em todas as suas instalações. O investimento total destas aquisições de equipamentos será de aproximadamente USD 40 milhões.

Conforme o orçamento de capital para constituição da Reserva de Lucros para Expansão, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023, foram destinados os seguintes montantes, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76, para o plano de investimentos de 2023:

Plano de Investimentos	
<b>Aplicações</b>	<b>617.000</b>
Investimentos 2023	617.000

O plano de investimentos de CapEx de 2023 está estimado pela Companhia na magnitude de R\$ 617 milhões, dos quais por volta de 68,3% serão destinados a aquisição de equipamentos e infraestrutura para fábrica da Unidade de Negócios Portobello América, por volta de 19,1% para os projetos estratégicos relacionados ao crescimento do varejo no Brasil e fortalecimento das iniciativas digitais da Unidade de Negócios Portobello Shop, e por volta de 12% para os investimentos em

atualização tecnológica e ampliação das plantas industriais das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

## ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

Dentre as fontes de financiamento da Companhia, podemos destacar que a mesma se utiliza dos recursos provenientes do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Nota de Crédito à Exportação – NCE; FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; Capital de Giro Pré-Fixado e Pós-fixado; e ACC - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.

Fontes	617.000
Retenção de lucros	152.000
Outras fontes	465.000

## iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

## b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia realizou a aquisição do terreno para a construção da fábrica nos Estados Unidos da América na cidade de Baxter, estado do Tennessee, bem como recebeu pacote de incentivos para que a Companhia venha instalar, uma operação de distribuição e produção neste local. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, iniciou as obras da nova planta no 4T21 e, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de BtS (*Built to Suit*) e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores.

Conforme comunicado divulgado em 21 de março de 2022, a Portobello e Oak Street, uma Divisão da Blue Owl Capital (“Oak Street”) e Avison Young’s Capital Markets Group (“Avison Young”) anunciaram a assinatura de contrato para financiamento na modalidade Built to Suit (“BtS”), para nova planta de 90 mil metros quadrados em Baxter, TN para a Portobello América. A Oak Street financiará a construção e comprará a unidade no valor de USD 90 milhões, e então firmará contrato de aluguel com a Portobello América. A Companhia utilizará a planta para produção de revestimentos cerâmicos, assim como sede das suas operações nos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2022, a planta encontrava-se em fase final de instalação, com grande parte da estrutura finalizada e equipamentos posicionados. A fábrica entrará em operação ainda no primeiro semestre de 2023 e contará inicialmente com uma capacidade produtiva de 3,6 milhões de metros quadrados na fase I do projeto. Já para a fase II do projeto, que deverá entrar em operação no início de 2024, a expectativa é que a capacidade atinja 7,2 milhões de metros quadrados por ano.

## c) Novos produtos e serviços, indicando:

### i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formado por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que continua merecendo destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto foi um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas aos clientes, inclusive substituindo a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões.

**ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**c) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**10.09 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não se aplica.

## **PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO**

**(Art. 10º, Parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/22)**

**1. Informar o Lucro Líquido do Exercício**

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 153.097.433,91 (cento e cinquenta e três milhões, noventa e sete mil, quatrocentos e trinta e três reais e noventa e um centavos) em 31 de dezembro de 2022.

**2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Além disso, o Acordo de Acionistas celebrado em 27 de abril de 2021, prevê distribuição mínima de 50% do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório (i.e., 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido).

A Administração em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 28 de abril de 2023 irá propor a distribuição de 50% (cinquenta por cento) do lucro apurado no exercício de 2022, já deduzido da

constituição de reservas, no valor total de dividendos a distribuir de R\$ 73.056.663,61 (setenta e três milhões, cinquenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais de sessenta e um centavos) que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 43.442.032,41 (quarenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 0,3081 por ação ordinária, pago em 01 de setembro de 2022, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 29.614.631,20 (vinte e nove milhões seiscentos e quatorze mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte centavos) sendo R\$ 0,2101 por ação ordinária, pago sob a forma de dividendos e JSCP.

### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

O montante total distribuído corresponderá a 50% do lucro líquido, após a constituição da Reserva Legal.

### **4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não se aplica.

### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O saldo residual já deduzido da antecipação de dividendos será liquidado sob a forma de dividendos no valor de R\$ 0,21005238 por ação ordinária.

- b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento está previsto para 07 de julho de 2023, com base nas posições detidas pelos acionistas em 03 de maio de 2023, sendo as ações negociadas “ex” dividendos a partir de 04 de maio de 2023.

- c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

- d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

O pagamento está previsto para 07 de julho de 2023, com base nas posições detidas pelos acionistas em 03 de maio de 2023, sendo as ações negociadas “ex” dividendos a partir de 04 de maio de 2023.

## 6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Houve pagamento de proventos aos acionistas no valor de R\$ 43.442.032,41 (quarenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 0,3081 por ação ordinária.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento de dividendos ao longo do ano 2022 ocorreu no dia 01 de setembro de 2022.

## 7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2022	2021	2020
1,08590	1,46436	0,82544

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2022	2021	2020
153,1	216,2	128,2

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Para o resultado de 2022, será aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2023, a destinação de 50% do lucro sob forma de dividendos no valor de R\$ 73.056.663,61, que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 43.442.032,41 (R\$ 0,3081 por ação ordinária), pago em 01 de setembro de 2022, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 29.614.631,20 (R\$ 0,21005238 por ação ordinária), pago sob a forma de dividendos.

Para o resultado de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2022, a destinação de 50% do lucro sob forma de dividendos no valor de R\$ 102.681.935,44, que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 18.322.929,21 (R\$ 0,1298 por ação ordinária), e R\$ 80.870.077,80 (R\$ 0,5736 por ação ordinária), ambos pagos, respectivamente em 15 de setembro de 2021 e 30 de novembro de 2021, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 3.488.928,43 (R\$ 0,02474647 por ação ordinária), pago sob a forma de dividendos.

Para o resultado de 2020, houve a destinação total de R\$ 60.894.485,45 correspondente a R\$ 0,41066962 por ação ordinária, distribuído os seguintes valores, data e forma:

- R\$ 17.278.543,15 reais (R\$ 0,11181398 por ação ordinária) pagos em 9 de fevereiro de 2021 sob a forma de dividendos;
- R\$ 26.619.862,38 reais (R\$ 0,18043731 por ação ordinária) pagos em 13 de maio de 2021

sob a forma de dividendos;

- R\$ 16.996.079,92 reais (R\$ 0,11520446 por ação ordinária) pagos em 13 de maio de 2021 sob a forma de juros sob capital próprio;

## **8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 6.984.106,68.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76, aplica-se 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício.

Em 2022, como foi atingido o limite de 20% do valor do Capital Social, constitui-se apenas 4,56%, e não os 5% sugerido pela Lei.

## **9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

## **10. Em relação ao dividendo obrigatório**

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 37 do estatuto social da Companhia:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se

houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Foram pagos, de forma integral, os dividendos mínimos obrigatórios. O valor retido foi de R\$ 36.528.331,81 (trinta e seis milhões, quinhentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos).

## **11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências**

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar**

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

## **15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

## **16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

a) Informar o montante destinado à reserva

No ano de 2022 foi destinado R\$ 37.409 mil para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Referem-se as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD), o Simples Nacional e o Lucro da Exploração.

## **ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO**

## **Art. 11º da Resolução CVM nº 81/22**

### **Candidatos indicados pelos acionistas controladores**

- 12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:**

Nome	Idade	Orgão administrativo	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar	Data da Posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>					
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	61 Advogado e Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	25 100%
Jorge Muller 518.027.679-91 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	59 Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	10 100%
Carlos Eduardo Zoppello Brennand 029.598.008-77 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	61 Aeronauta	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	4 100%
Ricardo Laus Gutierrez 167.645.609-00 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	70 Dentista	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	0 0%
Mario Augusto de Freitas Baptista 245.668.027-87 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	72 Administrador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	0 0%
Luiz Fernando Francalacci 155.646.739-72 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	72 Engenheiro	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	0 0%
César Gomes Júnior 305.583.019-91 Pertence ao Conselho de Administração	66 Administrador	Conselho de Administração Presidente C.A.	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	31 100%
Cláudio Avila da Silva 179.169.099-87 Pertence ao Conselho de Administração	70 Administrador	Conselho de Administração Vice- presidente C. A.	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	12 100%
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	46 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	10 100%
Geraldo Luciano Matos Jr 144.388.523-15 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	60 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo (independent	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	10 100%
Maria Laura de Santos Tarnow 014.714.517-12 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	53 Comunicação Social	Conselho de Administração Membro Efetivo (independent	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	0 0%
Márcio Leal da Costa Lobo 016.783.167-41 Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.	53 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo (independent	28/04/2023 28/04/2023	1 ano Sim	0 0%
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91	64 Administrador	Diretoria Diretor Presidente		2 anos	3 100%
John Shojiro Suzuki 260.176.488-02	46 Engenheiro	Diretoria Diretor Vice Presidente de Finanças e de Relações com Investidores		2 anos	1 100%

**12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

<b>Experiência profissional / Critérios de Independência</b>
<b>Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91</b>
Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Mauro do Valle Pereira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>John Shojiro Suzuki – 260.176.488-02</b>
Graduado em Engenharia Mecânica Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico – ITA em São José dos Campos - SP e possui MBA em Finanças e Empreendedorismo pela Universidade de Chicago, USA. Também participou do Programa de Intercâmbio Técnico-Cultural pelo Miyazaki Politech Centre em Miyazaki, Japão. Teve passagens em empresas como Booz Allen & Hamilton, onde atuou com Consultoria Estratégica, Itaú BBA Bank, onde foi Analista de Crédito e Gerente de Relacionamento com clientes corporativos, Monitor Clipper Partners Private Equity Firm como Summer Associate, em Cambridge, Angra Partners, empresa de Assessoria Financeira e Gestão de Fundos de Private Equity, onde atuou como Diretor. Teve uma passagem relevante pelo Portobello Grupo entre os anos de 2012 e 2019, quando atuou como Vice-Presidente de Operações e CFO. Nos anos 2020 e 2021 atuou como Diretor Financeiro da Ipiranga. Também foi membro do Conselho Fiscal da JBS S/A. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores no Portobello Grupo.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. John Shojiro Suzuki declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Maria Laura de Santos Tarnow - 014.714.517-12</b>
Profissional com 30 anos de experiência em empresas de bens de consumo de público de diversos segmentos sociais, lidando com uma ampla de temas estratégicos, operacionais e organizacionais. Atua no Conselho de Administração do Grupo Soma desde julho de 2020, Presidente do Conselho Consultivo do Grupo Rascal desde novembro de 2021 e Membro do Conselho Consultivo Softys desde julho de 2022.
A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Maria Laura de Santos Tarnow declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Mario Augusto de Freitas Baptista - 245.668.027-87</b>
Mestre em Administração de Empresas, concentração em Finanças, Universidade da Califórnia Los Angeles - UCLA, Mestre em Engenharia de Produção e Sistemas, concentração em Engenharia Econômica, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Engenheiro Eletricista, especialização em Sistemas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, e Certificado no Curso para Conselheiros de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Fundador e diretor-presidente desde 2011 da FLEX CAPITAL SECURITIZADORA S/A, que atua na securitização de ativos empresariais e da HEB Serviços de Apoio Administrativo Ltda., empresa de consultoria. É diretor desde 2021 da INFRAGÁS - Infraestrutura de Gás Para a Região Sul S.A. Desde 2014 é membro do Conselho de

Administração da INPLAC Indústria de Plásticos S/A e do Conselho Consultivo do Costão do Santinho Turismo e Lazer Ltda.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sr. Mario Augusto de Freitas Baptista declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>César Gomes Júnior - 305.583.019-91</b>
Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC. Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. César Gomes Júnior declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87</b>
Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cláudio Ávila da Silva declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Geraldo Luciano Matos Jr - 144.388.523-15</b>
Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará e Direito pela Universidade de Fortaleza, além disso, possui Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead. Sua experiência inclui as seguintes posições: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M. Dias Branco (até novembro de 2019), membro do Conselho de Administração da Hapvida Participações, Portobello e Assaí Atacadista.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Geraldo Luciano Matos Jr declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
<b>Luiz Fernando Francalacci - 155.646.739-72</b>
Engenheiro, atuou como Técnico em Desenvolvimento no BADESC- Agência Catarinense de Desenvolvimento entre 1975 e 1990. Foi Diretor Vice Presidente e Financeiro do BADESC entre 1990 e 1993. Atuou como Presidente do BADESC entre 1994 e 1995. Atualmente, é Diretor Superintendente da INFRAGÁS-Infraestrutura de Gás para a Região Sul S/A (desde 1996).

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Luiz Fernando Francalacci declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50**

Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU. Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Nilton Torres de Bastos Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68**

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Maro Marcos Hadlich Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Márcio Leal da Costa Lobo - 016.783.167-41**

Engenheiro mecânico formado pela PUC-RJ (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) - 1992, Pós-graduação em Finanças pelo Departamento de Engenharia Industrial da PUC-RJ - 1994. Profissional com forte experiência na área financeira, atualmente atua como Investment Banking na Órama, e Partner na Hunter Capital. É membro do Conselho Administrativo da Multilog desde abril de 2022, membro do Conselho de Administração da Pedra Branca desde julho de 2018 e membro do Conselho de Administração da RV Tecnologia desde setembro de 2018.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Márcio Leal da Costa Lobo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Jorge Muller - 518.027.679-91**

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Jorge Muller declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77**

Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Carlos Eduardo Zoppello Brennand declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

**Ricardo Laus Gutierrez - 167.645.609-00**

Dentista formado pela UFSC. Possui passagens pela Usati ABPS Ltda. e Portobello S.A. Atualmente é empresário e cotista da empresa PBG Participações Societárias Ltda.

O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Ricardo Laus Gutierrez declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

- 12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**

Não se aplica, dado que a Companhia não dispõe de comitês conforme citado no enunciado acima.

- 12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<b>Cargo</b>				
<u>Administrador do emissor ou controlada:</u>				
César Gomes Júnior	305.583.019-91	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada:</u>				
César Gomes Neto	006.211.549-97	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				

## 12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidos, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
<b>Exercício Social 31/12/2022</b>			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes Acionista membro do grupo de controle	007.489.389-07	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda</b> Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>Solução Cerâmica Comércio Ltda</b> Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto César Gomes Junior Eleonora Ramos Gomes Eduardo Ramos Gomes Junior ABPS Ltda. Acionistas membros do grupo de controle	245.328.949-72 305.803.019-91 013.808.518-82 454.713.209-72 03.609.424/0001-46	Controle	Fornecedor
César Bastos Gomes Membro Conselho de Administração	002.288.349-53		
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>Gomes Participações Societárias Ltda</b> Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto Acionista membro do grupo de controle	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>Multilog Transportes Ltda.</b> Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>Riveste Comercio Ltda</b> Sócia	43.004.526/0001-52		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Daniel Gomes Vieira Acionista membro do grupo de controle	530.997.889-53	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
<b>AB Parking</b> Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			

Em 2022, as empresas Flooring, Riveste e Solução Cerâmica, pertencentes à partes relacionadas, foram adquiridas pela Companhia, conforme citado no item 10.1 (h).

## **PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

### **Nos termos do item 8 do Formulário de Referência (Art. 13 da Resolução CVM nº 81/22)**

A Companhia propõe que a remuneração global anual dos administradores seja fixada em até R\$ 20,5 milhões (vinte milhões e quinhentos mil reais), divididos em parte fixa e parte variável.

#### **13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

##### **a) Objetivos da política ou prática de remuneração**

A Companhia não possui uma política formalizada sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, fiscal e da diretoria, o montante será definido com base nas práticas de mercado, na qual a Companhia busca remunerar adequadamente os profissionais.

- Conselho de Administração e Diretoria: a Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração a fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.

- Conselho Fiscal: a remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários.

##### **b) Composição da remuneração, indicando:**

###### **i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da Companhia;

###### **ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de dez vezes o valor da remuneração mensal. Para Diretores Estatutários, 50% do benefício é baseado em indicadores corporativos e o EBITDA é a métrica utilizada. O percentual restante, é baseado no indicador individual. Existem cinco indicadores individuais, cada um com peso de 20%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de 12,5% do lucro líquido do exercício.

###### **iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Pesquisa de remuneração e aprovação na Assembleia Geral.

###### **iv) Razões que justificam a composição da remuneração**

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

**v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não se aplica.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

O indicador corporativo é o EBITDA da PBG e os indicadores individuais são: (1) Lucro Líquido; (2) EBITDA; (3) Dívida/ EBITDA, (4) Capital de Giro e (5) NPS – Net Promoter Score - Varejo, todos com a mesma importância (peso de 20% para cada indicador).

**d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não se aplica.

**h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

**i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

Não se aplica.

**ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

O departamento de Recursos Humanos ("RH") realiza uma pesquisa de mercado referente as remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário.

**iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O departamento de RH realiza uma pesquisa de mercado referente às remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário. Esta remuneração é revisitada anualmente.

## Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

R\$ mil

Órgão				2023	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros (1)	7	3	3	3	13
Número de membros remunerados	7		3	3	13
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	6.924		7.205	287	14.416
Benefícios diretos e indiretos	186		940	0,7	1.127
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício		
Remuneração variável anual (3)	1.342		1.297		2.639
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		
Benefícios pós-emprego (4)					
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)					
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções					
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente		
Valor da remuneração	8.452		9.442	288	18.182
Total da remuneração no período					18.182

R\$ mil

Órgão				2022	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros (1)	7	3	3	3	13
Número de membros remunerados	7		3	3	13
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	5.326		5.543	221	11.089
Benefícios diretos e indiretos	143		723	0,5	867
Participações em comitês					
Outros (2)					
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício		
Remuneração variável anual (3)	1.032		998		2.030
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		
Benefícios pós-emprego (4)					
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)					
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções					
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente		
Valor da remuneração	6.502		7.263	221	13.986
Total da remuneração no período					13.986

R\$ mil

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	2021 Total
Número de membros (1)	7	3	6	16
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.501	3.529	291	8.322
Benefícios diretos e indiretos	216	391		607
Participações em comitês				
Outros (2)				
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	4.717	3.920	291	8.929
Total da remuneração no período				8.929

R\$ mil

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	2020 Total
Número de membros (1)	7	3	6	16
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.501	3.529	291	8.322
Benefícios diretos e indiretos	216	391		607
Participações em comitês				
Outros (2)				
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 Item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 Item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 Item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	4.717	3.920	291	8.929
Total da remuneração no período				8.929

### 13.2 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçados.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de 2023		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3
Bônus	Não se aplica	1.238,8	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo	1.874,5	Não se aplica	Não se aplica
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.874,5	1.238,8	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2022			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2021		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3	3	7	4
Bônus	Não se aplica	1.032,3	Não se aplica	Não se aplica	748.435,8	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo	1.562,1	Não se aplica	Não se aplica	1.562,1		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	o se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	- Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	o se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	- Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	o se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	- Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.562,1	1.032,3	ão se aplica (4)	1.562,1	748.435,8	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

### 13.3 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica.

### 13.4 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

### 13.5 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica.

### 13.6 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica.

### 13.7 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

### 13.8 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	86.050.836	61,07%	100	0,03%	360	0,00%
Conselho de Administração	126.023	0,09%	100	0,03%	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	50.700	0,04%	200	0,05%	-	-
<b>Total das ações</b>	<b>86.227.559</b>	<b>61,20%</b>	<b>400</b>	<b>0,11%</b>	<b>360</b>	<b>0,00%</b>

### 13.9 Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Órgão	Diretoria
Número de membros	2
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade. b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras. c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais. d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora.
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 11.510 mil
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 424 mil
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

### 13.10 Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A remuneração individual está representada pelas despesas anuais, reconhecidas no resultado da controladora, relativas a honorários e benefícios diretos e indiretos destinados a cada membro dos órgãos demonstrados.

Em Reais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Número de membros	3	3	3	7	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneração individual <sup>1</sup>	1.842	1.490	670	1.930	1.748	252	73	78	87
Valor da menor remuneração individual <sup>2</sup>	760	736	670	364	286	252	73	78	87
Valor médio da remuneração individual <sup>3</sup>	1.301	1.113	670	1.147	1.017	252	73	78	87

(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando os 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.

(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.

(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

**13.11 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:**

Não se aplica.

**13.12 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Nos exercícios sociais de 2020 a 2022 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

**13.15 Outras informações relevantes:**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.